

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
FGV DIREITO RIO
GRADUAÇÃO EM DIREITO

WALDO ALMEIDA RAMALHO

**Sunset Clauses e Legislação Experimental como estratégias para a regulação do
uso de dados pessoais no Brasil**

Rio de Janeiro, dezembro/2016

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
FGV DIREITO RIO
GRADUAÇÃO EM DIREITO

WALDO ALMEIDA RAMALHO

**Sunset Clauses e Legislação Experimental como estratégias para a regulação do
uso de dados pessoais no Brasil**

Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso sob
a orientação do professor **Eduardo Ferreira
Jordão** (FGV DIREITO RIO) e co-orientação
do professor **Konstantinos Stylianou**
(University of Leeds) apresentado à FGV
DIREITO RIO como requisito parcial para
conclusão da disciplina TCC II do currículo da
graduação.

Rio de Janeiro, dezembro/2016

“Data is a precious thing and will last longer than the systems
themselves.”

(Tim Berners-Lee)

Sumário

INTRODUÇÃO.....	5
OBJETIVOS	9
METODOLOGIA.....	10
PLANO DE EXPOSIÇÃO	11
CRONOGRAMA	12
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	13

INTRODUÇÃO

Os avanços das tecnologias de informação e comunicação dos últimos trinta anos se consolidaram nas práticas das instituições, das empresas e, principalmente, no dia-a-dia das populações dos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Além dos seus benefícios, nos últimos anos observa-se a crescente conscientização pública dos riscos destas tecnologias em discussões sobre bloqueio governamental de aplicativos, exposição da própria intimidade, segurança de serviços na nuvem, vigilância em massa, influência da opinião pública por meio de robôs ou notícias falsas, entre tantas outras descritas por acadêmicos, jornalistas, políticos, obras literárias e seriados de televisão.

Para proteger a sociedade desses consideráveis riscos à privacidade, intimidade e liberdade de expressão, os governos, empresas e organizações civis propõem soluções, de novas legislações a regulamentações setoriais, de acordos transnacionais a novos *standards* de *compliance* corporativo. Mas quais são os reais benefícios destas propostas regulatórias e qual o preço a ser pago pela sociedade?

As justificativas da medicina farmacológica e do emprego de novas regulações são parecidas: busca-se eliminar um mal e estabelecer um novo equilíbrio no sistema. Nesta analogia, o médico é aquele que não apenas conhece os remédios e sabe aplicá-los, mas também entende quais remédios devem ser utilizados para combater a doença específica, seus possíveis efeitos colaterais e qual é a dosagem adequada. Assim, estratégias regulatórias não são fórmulas que “podem dar certo ou não”, mas medidas que representam custos: um sacrifício de liberdades individuais, da concorrência nos mercados, do desenvolvimento econômico e/ou da inovação tecnológica ou social.

A presente monografia representa um esforço em examinar e descrever os benefícios e custos do emprego de determinadas estratégias regulatórias para regular tecnologias da informação e comunicação. Especificamente, buscaremos estudar as estratégias das *sunset clauses* e

legislação experimental em relação ao uso dos dados pessoais – um objeto regulatório que apresenta particularidades muito interessantes.

Os dados pessoais têm sido descritos como um novo tipo de petróleo, que por sua vez, no escurecer do século XIX, era uma reserva valiosa e inexplorada, cujo uso permitiu significativo desenvolvimento econômico e a oferta de novos produtos e serviços¹. Por outro lado, Brown e Marsden (2013) argumentam que esta metáfora é inadequada e deficiente. Preferem comparar os dados pessoais à seda, pois ainda que os dados pessoais sejam, de fato, recursos inexplorados e valiosos, sua produção é necessariamente feita pelos indivíduos e sobre os indivíduos, compreendidos como figurativos bichos-de-seda.

A retórica da seda e do petróleo mostra tanto que os dados pessoais são fundamentais para os modelos de negócios baseados na sua coleta, tratamento e uso – os chamados "data markets" – e, assim, tem uma dimensão econômica significativa; quanto que são artefatos pessoais e acabam por determinar o exercício da liberdade de expressão e do direito à privacidade e intimidade².

Existe uma série de justificativas não-econômicas para a regulação dos dados pessoais. Como exemplo temos os incentivos negativos à liberdade de expressão, pois se toda a comunicação é potencialmente acessível, dificulta-se a organização daqueles com opiniões políticas minoritárias ou criminalizadas. Outro exemplo é o próprio prejuízo a privacidade dos cidadãos.

Há, também, justificativas econômicas para a regulação dos dados pessoais. Os *data markets* possuem algumas falhas de mercado significativas, como assimetrias de informação e

¹ Por exemplo, "Why Data is The New Oil" da Fortune (fortune.com/2016/07/11/data-oil-brainstorm-tech/) e "Data is the New Oil of the Digital Economy" da WIRED (wired.com/insights/2014/07/data-new-oil-digital-economy/). A metáfora vem sido usada desde 2006 por acadêmicos, empreendedores e governos. <http://fortune.com/2016/07/11/data-oil-brainstorm-tech/>

² A proteção dos dados pessoais é entendida no debate público como uma forma de proteção do direito à privacidade, contando com extensa literatura sobre o tema. Não buscar-se-á, neste projeto, identificar em que medida a proteção dos dados pessoais é parte da proteção à privacidade.

desigualdades no poder de barganha *by design*. Os próprios agentes destes mercados também possuem interesse em promover determinadas regulações que garantam que o fluxo internacional de dados pessoais necessários para transações comerciais e oferta de bens e serviços não seja limitado por barreiras nacionais, ou que promovam a confiança do consumidor no uso destes bens e serviços em si (como redes sociais e *e-commerce*).

No Brasil, ainda não existe regulação específica para a tutela da privacidade e dos dados pessoais. Aparenta-se, contudo, que o modelo europeu será adotado, ao formular uma legislação específica sobre o tema³. Desde 2007, o Ministério da Justiça discute propostas de regulamentação. Em 2015, a Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON) em conjunto com a Secretaria de Assuntos Legislativos (SAL) do Ministério da Justiça conduziram amplo processo de consulta pública sobre o Anteprojeto de Lei de Proteção de Dados Pessoais, com o objetivo de aprovar de uma legislação geral de proteção de dados pessoais no Brasil. O texto final foi encaminhado ao Congresso Nacional, passando a tramitar na Câmara dos Deputados como Projeto de Lei nº 5276. Além deste projeto, existem outros dois: o PL 4060/2012 e o PLS 181/2014.

Neste contexto, a formulação de políticas públicas, legislação e regulações para a proteção da privacidade e dos dados pessoais possui grandes desafios. Como regular algo tão novo de forma efetiva? Dois fatores específicos podem levar à falha regulatória e devem ser considerados: o descompasso entre a regulação proposta e as novas necessidades trazidas de forma constante pela inovação nos modelos de negócio e na tecnologia de informação, prejudicando a inovação no setor; e o caráter global e multissetorial da governança da Internet, o que resulta em restrições importantes à efetividade de determinadas estratégias regulatórias em âmbito nacional.

A hipótese inicial deste projeto é que as práticas regulatórias tradicionais no Brasil, principalmente aquelas que lidam, ao mesmo tempo, com questões econômicas e de Direitos

³ Legislações específicas para a tutela da privacidade e dos dados pessoais começaram na Europa (Brown e Marsden, 2013), mas, atualmente, mais de 100 países já possuem legislação nesse sentido.

Humanos, não são adequadas para regular o uso dos dados pessoais. Boa parte desta inadequação tem a ver com a escolha da forma legislativa para a efetivação das regulações. Assim, as legislações experimentais ou com *sunset clauses*⁴ seriam mais adequadas para lidar com o caráter inovador destes mercados e, ao mesmo tempo, reduzir os riscos percebidos.

Ainda, o presente projeto de pesquisa tem considerável relevância científica para a academia brasileira da área. Poucas obras, estudos e mesmo projetos de lei sobre a tutela da privacidade e a proteção aos dados pessoais, no Brasil, fundamentam sua análise na literatura econômica, técnica e regulatória relevante. Assim, tal pesquisa representaria uma ruptura benéfica, pois não é possível regular a o referido objeto com eficiência e resultados positivos sem considerar tais aspectos econômicos, tecnológicos e de governança destes mercados.

⁴ Legislação de caráter experimental e com *sunset clauses* são espécies de legislação com prazo de término pré-fixado e processo de revisão estruturado (Ranchórdas, 2015).

OBJETIVOS

O objetivo principal do trabalho é identificar a viabilidade das legislações experimentais e com *sunset clauses* enquanto estratégias regulatórias para, especificamente, o uso de dados pessoais no Brasil.

Os objetivos secundários são:

- 1) Descrever a economia da privacidade e dos dados pessoais, perspectiva de estudo sobre o assunto pouco difundida no Brasil;
- 2) Produzir informações úteis para a discussão legislativa sobre o Projeto de Lei da Proteção aos Dados Pessoais;
- 3) Examinar como superar os desafios de uma política pública regulatória para a Internet.

METODOLOGIA

A revisão de literatura será o principal método da presente pesquisa. A revisão é dividida na leitura das obras acadêmicas de maior impacto em três segmentos: (a) regulação e economia da privacidade; (b) teoria da regulação, estratégias regulatórias, *sunset clauses* e legislação experimental; e (c) tutela da privacidade e proteção dos dados pessoais no Brasil.

PLANO DE EXPOSIÇÃO

1. Introduction
2. Personal data usage and its regulation
 - a. What is personal data and why its usage matter?
 - b. Innovation, markets, and personal data
 - c. Constraints in national regulation: the global multistakeholder governance of data
 - d. Regulatory challenges for data regulation – why traditional approaches aren't good enough
3. Experimental legislation and *sunset clauses*
 - a. Isn't experimental legislation and sunset clauses just legislation?
 - b. Issues with regular legislation practices
 - c. Hidden costs of regulations for data protection: a case for experimental legislation
4. Brazilian personal data usage regulation
 - a. Current regulation and proposals for novel regulation in Brazil
 - b. Most sensitive aspects of data usage regulation in Brazil and in the United States
 - c. Could we apply an experimental legislation approach to Brazil's case?
5. Final Remarks

CRONOGRAMA

Atividade	2016			2017											
	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Nov	Dez	
Encontros com o orientador	●				●		●	●		●		●			
Encontros com o co-orientador	●	●		●		●	●			●		●			
Levantamento bibliográfico	●	●	●	●	●	●									
Revisão da literatura	●	●	●	●	●	●	●								
Redação do 1º capítulo					●	●	●								
Redação do 2º capítulo						●	●	●							
Redação do 3º capítulo							●	●	●						
Redação do 4º capítulo							●	●	●	●					
Validação com pesquisadores e praticantes da área							●		●		●				
Entrega para orientadores para comentários								●		●	●	●			
Redação final										●	●	●	●		
Defesa													●	●	

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Acquisti, A. ; Romanovsky, S. Privacy Costs and Personal Data Protection: Economic and Legal Perspectives. **Berkeley Technology Law Journal** 24 (3), 2009.
- Acquisti, A. and R. Gross (2009). Predicting social security numbers from public data. **Proceedings of the National academy of sciences** 106 (27), 10975–10980.
- Acquisti, A., L. John, and G. Loewenstein. What is privacy worth? In: **Workshop on Information Systems Economics**, 2009.
- Acquisti, A., L. K. John, and G. Loewenstein (2013). What is privacy worth? **The Journal of Legal Studies** 42 (2), 249–274.
- Acquisti, A.; Grossklags, J. What can behavioral economics teach us about privacy? In: Acquisti, A.; Vimercati, Sabrina. (Eds.), **Digital Privacy: Theory, Technologies and Practices**, pp. 363–377. Auerbach Publications, 2007.
- Acquisti, Alessandro and Taylor, Curtis R. and Wagman, Liad, The Economics of Privacy (March 8, 2016). *Journal of Economic Literature*, Vol. 52, No. 2, 2016; Sloan Foundation Economics Research Paper No. 2580411. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2580411> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2580411>
- Acquisti, Alessandro; Brandimarte, Laura; Loewenstein, George. Privacy and human behavior in the age of information. **Science**. Vol. 347. Issue 6221. American Association for the Advancement of Science, 2015.
- Acquisti Alessandro; Friedman, A.; Telang, R. Is there a cost to privacy breaches? An event study. *Twenty Seventh International Conference on Information Systems and Workshop on the Economics of Information Security*. 2006.
- Acquisti, Alessandro; Grossklags, J. Privacy and rationality in individual decision making. **IEEE Security and Privacy** 3 (1), 24-30.
- Acquisti, Alessandro; Taylor, Curtis; Wagman, Liad. The Economics of Privacy. **Journal of Economic Literature**, Vol. 52, No. 2., 2016.
- Acquisti, Alessandro. Nudging privacy: The behavioral economics of personal information. **Security & Privacy, IEEE** 7 (6), 82-85.

- Adjerid, I., A. Acquisti, L. Brandimarte, and G. Loewenstein (2013). Sleights of privacy: Framing, disclosures, and the limits of transparency. In: **Proceedings of the Ninth Symposium on Usable Privacy and Security**, pp. 1–11.
- Adjerid, I., A. Acquisti, R. Telang, R. Padman, and J. Adler-Milstein (2016). **The impact of privacy regulation and technology incentives**: The case of health information exchanges. No prelo.
- Aghion, P. et al., Competition and Innovation: An Inverted-U Relationship. (2005). **120 Quarterly Journal of Economics**.
- Anderson, R. and T. Moore (2006). The economics of information security. *Science* 314 (5799), 610–613.
- Ashford, N. A., & Hall, R. P. (2011). The importance of Regulation-Induced Innovation for Sustainable Development. **3 Sustainability**, 270.
- Ashford, N., Ayers, C., & Stone, R.F. (1985). Using Regulation to Change the Market for Innovation. **9 Harvard Environmental Law Review**, 419.
- Bakhshi, H., Freedman, A., & Heblich, P. J. (2011). **State of Uncertainty**: Innovation Policy through Experimentation. London: NESTA.
- Baldwin, R. (2005). **Is better regulation smart regulation?** Public Law.
- Baldwin, Robert; Cave, Martin; Lodge, Martin. **Understanding Regulation**: Theory, Strategy, and Practice. Oxford: Oxford University Press, 2012.
- Bar-Siman-Tov, I. (2010). Lawmakers as Lawbreakers. **52 William and Mary Law Review**.
- Baye, M. and J. Morgan (2001). Information gatekeepers on the internet and the competitiveness of homogeneous product markets. **American Economic Review 91 (3)**.
- Bellotti, V. **Technology and privacy**: the new landscape. Cambridge and London: The MIT Press, 1998.
- Benjamin, M., & Rai, A. K. (2008). Fixing Innovation Policy: a Structural Perspective. **77 George Washington Law Review**.
- BENNET, Colin J. **Data Protection and Public Policy in Europe and the United States**. Ithaca and London: Cornell University Press, 1992.

- Bennett, C. J. and C. D. Raab (2006). **The governance of privacy**: Policy instruments in global perspective.
- Berendt, B., O. Gunther, and S. Spiekermann (2005). Privacy in e-commerce: Stated preferences vs. actual behavior. **Communications of the ACM** **48** (4), 101–106.
- Bernstein, G. (2010). In the Shadow of Innovation. **31 Cardozo Law Review**.
- Berthold, S. and R. Böhme (2010). Valuating privacy with option pricing theory. In: **Economics of information security and privacy**, pp. 187–209. Springer.
- Bickle, M. (1985). The National Sunset Movement. 9 Seton Hall Legislation Journal.
- Black, Julia; Lodge, Martin; Thatcher, Mark (Eds.). **Regulatory Innovation: A Comparative Analysis**. Cheltenham and Northampton: Edward Elgar, 2005.
- Blanchette, J.-F. and D. G. Johnson (2002). Data retention and the panoptic society: The social benefits of forgetfulness. **The Information Society** **18** (1), 33–4
- Blind, Knut. **The Impact of Regulation on Innovation**. Disponível em: <https://www.innovationpolicyplatform.org/document/impact-regulation-innovation>. PDF. 2012.
- Board, S. and J. Lu (2015). **Competitive information disclosure in search markets**.
- Borgman, Christine L. **Big Data, Little Data, No Data: Scholarship in the Networked World**. Cambridge and London: The MIT Press, 2015.
- Brown, Ian; Marsden, Christopher T. **Regulating Code: Good Governance and Better Regulation in the Information Age**. Cambridge and London: The MIT Press, 2013.
- Campbell, D. T. (1969). Reforms as Experiments. **24 American Psychologist**.
- Chellappa, R. K. and S. Shivendu (2010). Mechanism design for “free” but “no free disposal” services: The economics of personalization under privacy concerns. **Management Science** **56** (10), 1766–1780.
- Chiou, L. and C. Tucker (2014). **Search engines and data retention**: Implications for privacy and antitrust. Technical report.
- Coate, S., & Morris, S. (1999). Policy Persistence. 89 (5) The American Economic Review.
- Coglianese, C., Zeckhauser, R., & Parson, E. (2004). Seeking Truth for Power: Informational Strategy and Regulatory Policymaking. **89 Minnesota Law Review**.

- Crain, M. D. (2000). Time for the Sun to Rise on Federal Sunset Legislation. **8 Public Law**.
- CULNAN, M. J.; ARMSTRONG, P. K. **Information privacy concerns, procedural fairness, and impersonal trust**: An empirical investigation. *Organization Science* 10 (1), 104–115, 1999.
- Curry, L. (1990). Politics of Sunset Review in Texas. **50 Public Administration Review**.
- Daniels, M. (1997). **Terminating Public Programs**: An American Political Paradox. New York: M.E. Sharpe.
- Davis, L. A. (1981). Review Procedures and Public Accountability in Sunset Legislation: An Analysis and Proposal for Reform. **33 Administrative Law Review**.
- DeLeon, P. (1978). Public Policy Termination: An End and a Beginning. **4 Policy Analysis**.
- DeLeon, P. (1983). Policy Evaluation and Program Termination. **2 Policy Studies Review**.
- DeLeon, P. (1987). Policy Termination as a Political Phenomena. In: Palumbo, D. **The Politics of Program Evaluation**. Newbury Park, C.A.: Sage.
- Denardis, Laura. **The Global War for Internet Governance**. New Haven and London: Yale University Press, 2014.
- Dewey, E. (2011). Sundown and you better take care: why sunset provisions harm the renewable energy industry and violate tax principles. **52 Boston College Law Review**.
- Doménech Pascual, G. (2004). Los experimentos jurídicos. **164 Revista de Administración Pública**.
- Doneda, Danilo. **Da Privacidade à Proteção de Dados Pessoais**. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.
- Doneda, Danilo. **Iguais mas Separados**: O Habeas Data no Ordenamento Brasileiro e a Proteção de Dados Pessoais. *Direito*, v. 2, n. 9, 2015. Disponível em: <http://revistas.unibrasil.com.br/cadernosdireito/index.php/direito/article/view/444/422>
- Doneda, Danilo. Reflexões sobre proteção de dados pessoais em redes sociais. **Revista Internacional de Protección de Datos Personales**, n. 1, 2012. Disponível em <http://habeasdatacolombia.uniandes.edu.co/wp-content/uploads/10_Danilo-Doneda_FINAL.pdf>.

Dwork, C. (2006). **Differential privacy**. In Automata, languages and programming, pp. 1–12. Springer.

Easterbrook, F. H., Eskridge, W. N., Howard, P. K., Merrill, T. W., & Sutton, J. (2011). Showcase Panel IV: A Federal Sunset Law, The Federalist Society 2011 National Lawyers Convention. **16 Teaxas Review of Law & Politics**.

Engel, C. (2013). **Legislative Experiments: Mission Impossible?** Utrecht: Eleven International Publishing.

Fagan, F. (2011). **After the sunset**: the residual effect of temporary legislation. European Journal of Law and Economics.

Farrell, J. (2012). Can privacy be just another good? **Journal on Telecommunications and High Technology Law** 10, 251.

Federal Trade Commission (2012). **Protecting Consumer Privacy in an Era of Rapid Change: Recommendations for Businesses and Policy Makers**. Report, <http://www.ftc.gov/os/2012/03/120326privacyreport.pdf>.

Finley, K. (2015). **Thank (or blame) snowden for Europes big privacy ruling**. Wired.com October 6.

Finn, J. E. (2009). Sunset Clauses and Democratic Deliberation. **48 Columbia Journal of Transnational Journal**.

Firth, L., & Mellor, D. (1999). The Impact of Regulation on Innovation. **8 European Journal of Law and Economics**.

Fisher, R. (1966). **The Design of Experiments**. Edinburgh: Oliver and Boyd.

Gale, W. G., & Orzag, P. R. (2003). **Sunsets in the Tax Code**. 99 Tax Notes.

Gardner, J. A. (1995). The 'States-As-Laboratories' Metaphor in State Constitutional Law. **30 Valparaiso University Law Review**.

Garret, B.L., & Liebman, J. (2004). Experimentalist Equal Protection. **22 Yale Law & Policy Review**.

Gellmann, R. (2002, March). **Privacy, consumers, and costs** - how the lack of privacy costs consumers and why business studies of privacy costs are biased and incomplete. Disponíbel em: <http://www.epic.org/reports/dmfprivacy.html>.

- Gerring, J. & McDermott, R. (2007) An Experimental Template for Case Study Research. **51 (3) American Journal of Political Science**.
- Gersen, J. (2007) Temporary Legislation. **74 University of Chicago Law Review**.
- Gersen, J. E., & Posner, J. E. (2007). Timing Rules and Legal Institutions. **121 Harvard Law Review**.
- Gestel, R. v. (2013) The Deparliamentarisation of Legislation: Framework Laws and the Primacy of the Legislator. **9 Utrecht Law Review**.
- Geva-May, I. (2001). When the Motto is 'Till Death do Us Part': the Conceptualization and the Craft of Termination in The Public Policy Cycle. **24 (6) International Journal of Public Administration**.
- Goh, K.-Y., K.-L. Hui, and I. P. Png (2015). Privacy and marketing externalities: Evidence from do not call. **Management Science** **61** (12), 2982–3000.
- Goldberg, I. (2003). Privacy-enhancing technologies for the internet, II: Five years later. In: **Second International Workshop on Privacy Enhancing Technologies**.
- Goldfarb, A. and C. Tucker (2012a). Privacy and innovation. **Innovation Policy and the Economy** **12** (1), 65–90.
- Goldfarb, A. and C. Tucker (2012b). **Shifts in privacy concerns**. American Economic Review: Papers and Proceedings 102.
- Goldfarb, A.; Tucker, C. **Privacy regulation and online advertising**. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=1600259>. 2010.
- Gradwohl, R. (2015). **Privacy in implementation**. Working paper. Available at SSRN: <http://ssrn.com/abstract=2177549>.
- Granieri, W., Renda, A. (2012). **Innovation Law and Policy in the European Union: Towards Horizon 2020**. Milan: Springer.
- Greco, G. J. (1994). Standards or Safeguards: A Survey of the Delegation Doctrine in the States. **8 Administrative Law Journal of the American University**.
- Heffetz, O. and K. Ligett (2013). **Privacy and data-based research**. Technical report, National Bureau of Economic Research.

- Hermalin, B. E.; Katz, M. L. **Privacy, property rights and efficiency**: The economics of privacy as secrecy. *Quantitative Marketing and Economics* 4 (3), 209–239, 2006.
- Hirshleifer, J. (1971). The private and social value of information and the reward to inventive activity. **The American Economic Review** 61 (4), 561–574.
- Hirshleifer, J. (1980). Privacy: Its origins, function and future. **Journal of Legal Studies** 9 (4), 649–664.
- Hoofnagle, C. J. and J. M. Urban (2014). Alan westin’s privacy homo economicus. **Wake Forest Law Review** 49 (261).
- Hui, K.-L. and I. Png (2006). The economics of privacy. In: Hendershott, T. (ed.). **Handbook on Economics and Information Systems**. Amsterdam, North-Holland.
- Jamal, K., M. Maier, and S. Sunder (2003). Privacy in e-commerce: Development of reporting standards, disclosure, and assurance services in an unregulated market. **Journal of Accounting Research** 41 (2), 285–309.
- Jentzsch, N., S. Preibusch, and A. Harasser (2012). **Study on monetising privacy**: An economic model for pricing personal information. Enisa publication.
- Jevons, W. S. (1880). **Experimental Legislation and the Drink Traffic**. XXXVII Contemporary Review.
- Kahn, C., J. McAndrews, and W. Roberds (2005). Money is privacy. **International Economic Review** 46 (2), 377–399.
- Kang, R., S. Brown, and S. Kiesler (2013). Why do people seek anonymity on the internet? Informing policy and design. In: **Proceedings of the SIGCHI Conference on Human Factors in Computing Systems**, pp. 2657–2666
- Karch, A. (2007). **Democratic Laboratories**: Policy Diffusion among the American States. St. Ann Arbor: The University of Michigan Press.
- Kearney, R. C. (1990). **Sunset**: A Survey and Analysis of the State Experience. Public Administration Review.
- Krishnamurthy, B. and C. Wills (2009). Privacy diffusion on the web: A longitudinal perspective. In: **Proceedings of the 18th international conference on World wide web**, pp. 541–550.
- Kysar, R. (2011). Lasting Legislation. **159 University of Pennsylvania Law Review**.

Kysar, R. M. (2006). The Sun also Rises: The Political Economy of Sunset Provisions in the Tax Code. **40 Georgia Law Review**.

Landau, Susan. Control use of data to protect privacy. **Science**. Vol. **347**. Issue **6221**. American Association for the Advancement of Science, 2015.

Landman, L. B. (1998). Competitiveness, Innovation Policy, and the Innovation Market Myth: A Reply to Tom and Newberg on Innovation Markets as the "Centerpiece" of "New Thinking" on Innovation. **13 Saint John's Journal of Legal Commentary**.

Lane, J., V. Stodden, S. Bender, and H. Nissenbaum (2014). **Privacy, Big Data, and the Public Good: Frameworks for Engagement**. Cambridge University Press.

Laudon, K. (1997, January). Extensions to the theory of markets and privacy: Mechanics of pricing information. Stern School of Business - New York University - Working Papers.
Laudon, K. C. (1996). Markets and privacy. **Communications of the ACM** **39** (9), 92–104.

Laws, S. (2011). Giving Effect to Policy in Legislation: How to Avoid Missing the Point. **32 (1) Statute Law Review**.

Lenard, T. M.; Rubin, P. H. **In defense of data: Information and the costs of privacy**. Technology Policy Institute, 2009.

Leonardi, Marcel. **Tutela e Privacidade na Internet**. São Paulo: Saraiva, 2012.

Lessig, Lawrence. **Code**. New York: Basic Books, 2006.

Licata, A. R. (1977). Zero-base Sunset Review. **14 Harvard Journal on Legislation**.

Listokin, Y. (2008) Learning Through Policy Variation. **118 Yale Law Journal**.

Lobel, O. (2004). The Renew Deal: The Fall of Regulation and the Rise of Governance in Contemporary Legal Thought. **89 Minnesota Law Review**.

McDonald, A. M.; Cranor L. F. The cost of reading privacy policies. **Journal of Law and Policy for the Information Society**: issue 4, 543–897, 2010.

Mehra, Salil K. **Competition Law for a Post-Scarcity World**. Disponível em: http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2717137. 2016.

Milberg, S. J., S. J. Burke, H. J. Smith, and E. A. Kallman (1995). Values, personal information privacy, and regulatory approaches. **Communications of the ACM** **38** (12), 65–74.

Mitchell, M. J. (2005). Cleaning up the Closet: Using Sunset Provisions to Clean up Cluttered Criminal Codes. **54 Emory Law Journal**.

MOORE, Tyler; PYM, David; IOANNIDIS, Christos (Eds.). **Economics of Information Security and Privacy**. New York: Springer, 2010.

Noam, E. M. (1997). Privacy and self-regulation: Markets for electronic privacy. In: **Privacy and Self-regulation in the Information Age**. US Department of Commerce.

OECD. **Regulatory Reform and Innovation**. Disponível em: <http://www.oecd.org/sti/inno/2102514.pdf>. 2014.

OECD. **Thirty years after the OECD Privacy Guidelines**. 2011. Disponível em: <http://www.oecd.org/sti/ieconomy/49710223.pdf>

Pelkmans, Jacques e Renda, Andrea. **Does EU regulation hinder or stimulate innovation?** Disponível em: <https://www.ceps.eu/publications/does-eu-regulation-hinder-or-stimulate-innovation>. PDF. 2014.

Akrivopoulou, Christina; Psygkas, Athanasios-Efstratios (eds.). **Personal Data Privacy and Protection in a Surveillance Era: Technologies and Practices**. IGI Global, November 2010.

Posner, R. A. The economics of privacy. **The American Economic Review** 71 (2), 405–409, 1981.

Posner, R. A. The right of privacy. **Georgia Law Review** 12 (3), 393–422, 1978.

Preibusch, S., D. Kübler, and A. R. Beresford (2013). Price versus privacy: an experiment into the competitive advantage of collecting less personal information. **Electronic Commerce Research** 13 (4), 423–455.

Puller, S. L. (2006). **The strategic use of innovation to influence regulatory standards**. Journal of Environmental Economics and Management.

Ranchordás, Sofia. Innovation-Friendly Regulation: The Sunset of Regulation, the Sunrise of Innovation. **Jurimetrics**, Vol. 55. No. 2, 2015. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=2544291>.

Ranchordás, Sofia. **Sunset Clauses and Experimental Legislation: Blessing or Curse for Innovation?** No prelo.

Schwartz, P. (2004). **Property, Privacy, and Personal Data**. Harvard Law Review, 2056–2128.

Shy, O. and R. Stenbacka (2015). **Customer privacy and competition**. Journal of Economics & Management Strategy. No prelo.

Slating, T. A., & Kesan, J.P. (2011). **Making Regulatory Innovation Keep Pace with Technological Innovation**. Wisconsin Law Review.

Stewart, Luke A. **The Impact of Regulation on Innovation in the United States: A Cross-Industry Literature Review**. Disponível em: <http://www.itif.org/files/2011-impact-regulation-innovation.pdf> . 2010.

Stewart, R. (1981). **Regulation, Innovation and Administrative Law: A Conceptual Framework**. 69 California Law Review.

Stigler, G. J. An introduction to privacy in economics and politics. **The Journal of Legal Studies** 9 (4), 623–44, 1980.

Stylianou, Konstantinos and Venturini, Jamila and Zingales, Nicolo, Protecting User Privacy in the Cloud: An Analysis of Terms of Service (December 24, 2015). **European Journal of Law and Technology Vol 6**, No 3 (2015). Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2707852>

Stylianou, Konstantinos, An Innovation-Centric Approach of Telecommunications Infrastructure Regulation (2011). **Virginia Journal of Law and Technology**, Vol. 16, No. 2, pp. 221, Summer 2011. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=1764635>

Stylianou, Konstantinos. **Hasta La Vista Privacy, or How Technology Terminated Privacy**.

Taleb, Nassim Nicholas (2010). The Black Swan: the impact of the highly improbable.

Thaler, Richard; Susstein, Cass. Nudge: Improving Decisions about Health, Wealth, and Happiness. { }

TURNER, Michael. **Measuring the True Cost of Privacy: A Rebuttal to “Privacy, Consumers, and Costs”**. 2010. Disponível em: <http://www.perc.net/wp-content/uploads/2013/09/gellmanlong.pdf>.

VARIAN, H. R. **Economic Aspects of Personal Privacy**. Technical report, University of California, Berkeley, 1996.

Vidas, S. (1976). The Sun also sets: A model for sunset implementation. **26 The American University Law Review**.

Viola de Azevedo Cunha, Mario e Doneda, Danilo. Privacy, security and New Technologies: a Brazilian approach to Privacy issues in the Public security Field. In: **New Technologies and Human Rights: Challenges to Regulation** (Viola de Azevedo Cunha, Mario et al). Ashgate: 2013.

Viola de Azevedo Cunha, Mario. Data Protection & Privacy in the Internet era: the Brazilian Marco Civil. In: **Understanding Brazil's Bill of Rights** (Affonso Souza, Carlos *et al* editors). Rio de Janeiro: Instituto de Tecnologia e Sociedade, 2015. Disponível em <http://itsrio.org/wp-content/uploads/2015/11/Understanding-Brazils-Internet-Bill-of-Rights.pdf>

Viswanathan, M. (2011). Sunset Provisions in the Tax Code: A Critical Evaluation and Prescriptions for the Future. **82 (2) New York University Law Review**.

Wathieu, L. and A. Friedman. An empirical approach to understanding privacy valuation. In: **4th Workshop on the Economics of Information Security**, 2005..

Westerman, P. C. (2007). The Emergence of New Types of Norms. In: Wintgens, L. **Legislation in Context: Essays in Jurisprudence**. Surrey: Ashgate.

Whitt, R. S. (2009). Adaptive Policymaking: Evolving and Applying Emergent Solutions for U.S. Communications Policy. **61 (3) Federal Communications Law Journal**.

Wickelgren, A. L. (2015). **An economic analysis of internet privacy regulation**. No prelo.

Williams, J. (1988). Experiment in Legislation. **14 Law Magazine Review**.

Yin, G. K. (2008). Temporary-effect legislation, political accountability, and fiscal restraint. **84 New York University Law Review**.

Young, M. D. (1978). A Test of Federal Sunset: Congressional Reauthorization of the Commodity Futures Trading Commission. **27 Emory Law Journal**.

Zittrain, Jonathan. **The Future of the Internet And How to Stop It**. New Haven and London: Yale University Press, 2008.